

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E PRÁTICAS DIALÓGICAS DE ENSINO**

Aline Cristina Pedrozo Pereira<sup>1</sup>; Lilian Rodrigues Martins Pereira<sup>2</sup>; Antonio Francisco Marques<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica – Mestrado Profissional - Unesp/Bauru, E-mail: [acpedrozo@yahoo.com.br](mailto:acpedrozo@yahoo.com.br); <sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica – Mestrado Profissional - Unesp/ Bauru, E-mail: [lilianejosemairon@gmail.com](mailto:lilianejosemairon@gmail.com); <sup>3</sup> Doutor em Educação e Professor assistente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Docência para a Educação Básica – Mestrado Profissional. Unesp/ Bauru E-mail: [amarques@fc.unesp.br](mailto:amarques@fc.unesp.br);

### **RESUMO**

A Educação em Direitos Humanos é cada vez mais necessária no enfrentamento da nossa sociedade desigual e em falta com a dignidade humana. Esse é um desafio da escola contemporânea que tem o papel de educar para a cidadania visando a participação social e política dos alunos, assim como trabalhar a solidariedade, cooperação e justiça. O trabalho discute o ensino dialógico, reflexivo e crítico para a Educação em Direitos Humanos por meio do desenvolvimento do pensamento e linguagem e das relações entre os indivíduos nas tomadas de decisões e mediação de conflitos. Assim, apresenta reflexões sobre as relações de diálogo e trocas de saberes no processo ensino-aprendizagem como princípio da formação plena e emancipação dos alunos no entrelaçamento de ideias com a Educação em Direitos Humanos enfatizando a importância da escola na evolução dos direitos do cidadão, igualdade e participação plena dos indivíduos em todas as instâncias sociais. A pesquisa é bibliográfica e de cunho qualitativo buscando apresentar e discutir ideias de grandes autores como Bakhtin (2010), Vygotsky (2009) e Freire (1996; 2005) tratando as relações de diálogo e trocas de saberes como princípio da formação plena e emancipação dos alunos, como também relaciona ideias de Candau; Sacavino et al (2013), Comparato (2004) e Benevides (2013), enfatizando a importância das discussões sobre Direitos Humanos na escola.

**Palavras- chave:** Direitos Humanos. Escola. Emancipação.

### **INTRODUÇÃO**

A Educação em Direitos Humanos vem sendo inserida na realidade escolar, porém pouco se sabe ou busca-se sobre o desenvolvimento e desencadeamento de ideias sobre o assunto. Nas vivências e contatos com diversas escolas em que passamos nos últimos anos pudemos perceber que a Educação em Direitos Humanos não é desenvolvida na escola e, em alguns casos de tentativa, poucas são significativas aos alunos e promovem reflexões e conhecimentos sobre os direitos.

Mesmo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em vigor desde 2006, porém iniciado anos antes em detrimento de movimentos na luta pela consolidação dos Direitos Humanos, as ações efetivas na escola são muito raras. Em 2012, foram lançadas as Diretrizes para a Educação e os Direitos Humanos passaram a ser citados com maior amplitude nos planejamentos, programas e propostas pedagógicas e algumas formações de

professores sofreram adequações e buscaram inserir o tema em suas grades. Na prática, pouco se vê, porém as discussões, que antes nem existiam, passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

Diante do atual cenário brasileiro, vê-se cada vez mais a necessidade da Educação em Direitos Humanos, pois vive-se um momento histórico que se faz presente forças reacionárias ativas em todos os níveis das instâncias societárias colocando em risco décadas e até mesmo séculos de conquistas sociais.

Pensando na necessidade de transformação desse cenário, o presente trabalho buscou apresentar e sugerir uma prática simples, sem necessidade de muitos recursos e de grande relevância no trabalho em Educação em Direitos humanos, envolvendo o conhecimento da sua realidade, de seus direitos e o diálogo, fundamental na troca de saberes e nas percepções das diferentes concepções de mundo.

Partindo da realidade imediata da criança, o projeto foi planejado buscando envolver as reais necessidades dos alunos e esperando alcançar a formação de cidadãos mais críticos, conhecedores de seu mundo e de seus direitos, com argumentos reais e atitudes positivas na busca de mudanças de sua realidade.

## **METODOLOGIA**

Vários autores, entre eles, Comparato (2004), Benevides (2013), Candau; Sacavino et al (2013) enfatizam a necessidade de discussões mais elevadas dos Direitos Humanos na escola, local em que todos devem ter oportunidade de aprender maiores conhecimentos científicos e legais para que cada vez mais seja promovida a cidadania. Estes autores também enfatizam a necessidade de partir dos problemas e vivências reais dos alunos não somente para significar o conhecimento, mas também para demonstrar como pôr em prática o exercício da cidadania.

Para testar a possibilidade de um trabalho com as séries iniciais do Ensino Fundamental sobre Direitos Humanos, escolheu-se uma sala do 3º ano para uma pesquisa ação, segundo Gil (2002) com método qualitativo, partindo da observação e participação do pesquisador na aplicação, coleta, análise e interpretação dos dados, pois o professor da sala é também um dos pesquisadores e já vinha trabalhando com o ensino dialógico em rodas de conversas e propondo uma discussão mais detalhada sobre a realidade em que os alunos vivem e as relações com as leis e direitos vigentes.

Partindo dessa discussão, o trabalho buscou uma reflexão sobre o Bairro dos alunos, numa troca e discussão histórico-cultural, baseada em documentos, leis e outros conhecimentos científicos que propositalmente discutiu os Direitos Humanos e as percepções dos mesmos quanto a garantia ou não de seus direitos e dos direitos dos demais moradores. Foram discutidas questões de moradia, saneamento básico, estrutura das ruas, infraestrutura dos bairros, segurança e saúde.

Para surpresa dos pesquisadores, um dos assuntos mais questionados e colocados em pauta foi a acessibilidade que mais tarde foi explicado devido a presença de pessoas com deficiência física na família e ou de amigos que moram no bairro.

De início foi realizada a roda de conversa inicial para levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos sobre os direitos dos moradores de bairro. Foram levantadas diversas questões como de ter casa, de ter rua asfaltada, de ter eletricidade e esgoto, mas questões de saúde, segurança e acessibilidade foram elencadas somente mais

tarde, após o passeio no bairro proporcionado pela escola e as leituras sobre Direitos Humanos nos bairros. Foram apresentados alguns trechos do Estatuto da Cidade que enfocavam os bairros, como também foram realizadas leituras de algumas notícias sobre lutas de moradores por melhores condições de moradia, mobilidade e segurança e o engajamento de moradores de bairros em associações para a luta de direitos coletivos.

O confronto de ideias, a liberdade de expressão de diferentes pontos de vista e as exposições de conhecimentos adquiridos ao longo das leituras proporcionaram a ressignificação dos conceitos previamente levantados e as discussões, além de mais rigorosas e significativas tiveram maior embasamento e foram relacionadas aos direitos previstos no Estatuto da cidade e na realidade observada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os alunos demonstraram-se interessados nas discussões, principalmente após a visita pelos bairros ao redor da escola. Os olhares e percepções foram ampliados e algumas características positivas e negativas foram apontadas nas discussões posteriores que puderam, além de servir de base para novas pesquisas sobre os direitos, abriram também discussões e iniciativas dos alunos quanto a formas de resolução dos problemas apresentados. Foi escrita uma carta a Associação de moradores de um dos bairros ao redor da escola solicitando aos membros que encaminhassem aos setores responsáveis da prefeitura um pedido de modificações das ruas ao redor da escola que não promovem a acessibilidade de pessoas com deficiência, como acesso a mercados, escola, e ambientes públicos como postos de saúde. A grande discussão sobre acessibilidade partiu de um aluno que tinha um avô cadeirante e que havia falecido cerca de um ano antes dessa discussão. O aluno ajudava na mobilidade do avô pelo bairro e sentiu essa necessidade em sua vida e mesmo o avô já tendo falecido, ele enfatizava sempre essa necessidade para outro deficiente que mora no bairro e inclusive para os idosos. Essa discussão rendeu muitas outras, inclusive sobre ruas esburacadas, necessidade de rampas e outras facilidades para o livre ir e vir dos moradores.

A reflexão sugerida neste trabalho refere-se à construção do conhecimento dos padrões e condutas que regem nossa sociedade e a formação da autonomia para viver e conviver nela, a qual perpassa a construção heterônoma para ser consolidada. Seguindo esta ideia, buscou-se em Vygotsky alguns referenciais de construção da autonomia e a participação social.

Diante da prática exposta, e as apresentações positivas do uso do diálogo na educação, recorremos a Vygotsky (2009) para fundamentar todo esse processo, pois o autor afirma que o homem constitui seu pensamento e seu ser de forma intersíquica, com os conhecimentos, experiências e mediações externas que se tornam com o tempo intrapsíquica, internacionalizada e assumida como sua, após a significação com suas particularidades e demais aspectos singulares que caracterizam o sujeito. Esse grande pensador ainda assinala que essa interação é permeada não só pelos aspectos sociais da época, mas por toda uma história que está enraizada na cultura.

Ao falar em Direitos Humanos não se pode deixar de analisar a história de um povo, não só os costumes e ideais atuais, mas sim todos que constituem aquela cultura.

Partindo desse contexto, esse trabalho não descartou os conhecimentos de mundo e a cultura dos alunos, mas buscou confrontar conhecimentos e apresentar diferentes olhares nas

concepções prévias. Para isso, a metodologia privilegiou o diálogo, as trocas de conhecimentos e percepções, embasado em Bakhtin e Paulo Freire.

Partiu-se de Bakhtin (2010) para concretizar o projeto de aula dialogada, pois esse autor apresenta reflexões sobre a linguagem e sua relação direta com as ideologias que circundam o mundo e ressalta sua força em realçar as dominações, conflitos, relações de poder como também a sua importância na luta contra as mesmas como instrumento de participação social e exposição de pensamentos e vivências, e por isso é tão importante na busca pela emancipação do sujeito e de sua transformação. Discutindo direitos humanos, ouvindo diferentes pontos de vista, conhecendo diferentes realidades, os alunos puderam ampliar o seu repertório perceptivo e conceitual sobre as questões do mundo, sobre as relações humanas e sobre a vida em sociedade na qual estão envolvidas regras, direitos, deveres, etc.

Utilizou-se de Paulo Freire para reforçar essa mesma ideia, pois ele também é um dos autores que mais enfatizam a educação dialógica e a emancipação por meio de uma prática libertadora que parte do aluno e de sua realidade sócio-cultural. Freire (1996) assinala que para que se inicie a Educação para emancipação é preciso que os professores mudem seu papel de reprodutor para humanizador e mediador de reflexões e do pensar. Para ele, o ensino sem o diálogo não promove reflexão e ação, mas sim “doméstica”, continua a oprimir e não liberta. Continua a reproduzir os mesmos erros, as mesmas falhas e não propõe mudança, não anuncia algo novo. Foi pensando nisso e buscando a transformação do aluno é que foram realizadas as rodas de conversas em Educação em Direitos Humanos.

Sabendo-se que a Educação em Direitos Humanos é essencial, buscou-se como norte do trabalho as pesquisas de Benevides (2013) para configurar a discussão sobre o bairro e os direitos dos moradores e partindo da premissa de que a Educação em Direitos Humanos não é somente apresentar direitos, mas refletir em conjunto e sentir sua real face na sociedade, as discussões não ficaram somente na fala, mas partiram para a vivência e para ações de sensibilização na tentativa de um novo olhar e de novas atitudes, como bem enfatiza a autora:

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança, e terceiro, é uma inculcação de valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou esta educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional – os educadores e os educandos - ou ela não será educação e muito menos educação em direitos humanos. Tais pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção (BENEVIDES, 2013, não paginado).

A autora também enfatiza que esse trabalho deve partir das discussões e das buscas dos conhecimentos culturais dos alunos, porém essa deve ser vista como uma cultura que tem necessidade de transgressão, de mudança, pois nossa cultura não é de garantia de direitos e nem de respeito à dignidade humana e isso precisa ser modificado, iniciado na escola, mas que vise a propagação dessas ideias por além dos muros da escola, com ações concretas.

Enfatizando e resgatando ainda mais este conceito, buscou-se em Comparato (2004) a necessidade da preparação para a cidadania e da busca pela igualdade nas discussões e apresentações relevantes das convenções, costumes e ações de desigualdade estabelecidas historicamente pela sociedade e que não só podem, mas necessitam ser vencidas. O autor

ainda enfatiza que não é à força que se impõe novos padrões e costumes, e tão pouco impõem verdades absolutas, porque as diferenças de pensamentos existem e isso é saudável, mas que aos poucos, com discussões, vivências e conhecimento de nossos direitos e possibilidades de ação de cidadãos, tornamo-nos cidadãos e aprendemos a conviver e agir em sociedade.

Fazendo uma analogia a evolução da espécie em Biologia e apresentando que tudo o que foi retirado à força da natureza trouxe outros problemas que não foram pensados e prejudicaram outras espécies e outras situações, Comparato (2004) reafirma a necessidade de mudanças que envolvam a coletividade e que sejam contínuas, planejadas por educadores e demais órgãos que prestam serviços à educação, pois se deixadas à própria “evolução” não serão bem desenvolvidas.

Dessa forma, esse trabalho com os Direitos Humanos em rodas de conversa foi bastante relevante no processo escolar e na formação humana e social dos alunos, sendo que as discussões e vivências fizeram parte de todas as fases de conhecimento de leis, de observação do bairro e percepções do real cumprimento de todas elas. Ao final de todas as discussões foi possível perceber uma mudança muito significativa nos alunos, que deixaram de falar somente no achismo e buscaram fundamentar grande parte de suas análises e reivindicações em documentos legais e verossímeis.

Em todo o processo do trabalho foi levado em consideração as relações de Candau; Sacavino et al (2013) com as reflexões de Vygotsky(2009) e Freire (1996) quanto ao papel do educador como mediador desse processo e agente sócio-cultural e político, que deve assumir uma pedagogia denominada por Sacavino como a de empoderamento, entendida de forma crítica e democrática, possibilitando discussões e conhecimentos que promovam a ampliação dos conhecimentos dos agentes com menor poder social, para que conheçam sua realidade e reais necessidades desenvolvendo habilidades, conhecimentos e atitudes de questionamento crítico em relação as desigualdades e injustiças, relações de poder e mudanças sociais.

A mudança de atitude dos alunos ficou bastante evidente na solicitação dos alunos à redação de uma carta à Associação de moradores dos bairros, que após as discussões e apresentação desse órgão aos alunos por intermédio do professor puderam perceber um canal de luta e manifestação.

## CONCLUSÕES

Com todas as análises aqui realizadas foi possível perceber que as ações de Educação em Direitos Humanos na escola têm grande importância na modificação da cultura brasileira de desigualdade e injustiça.

Sendo a escola o local de discussão de novos conhecimentos e ampliação da cultura, ela tem papel primordial na nova formação cidadã.

Sabendo que a cultura não é algo imposto, mas sim construída por convenções da coletividade, as reflexões e discussões precisam ser desenvolvidas na escola desde a mais tenra idade para que conheçam novos olhares, saibam conversar e aceitar diferentes pontos de vista, mas que acima de tudo percebam os valores de igualdade e justiça social.

Para as séries iniciais do Ensino Fundamental, o trabalho com os bairros, em sua micro-estrutura, aproxima o conhecimento do aluno as demais estruturas e macro-estruturas sociais e possibilita apurar o olhar para a sociedade, conhecer suas nuances e funcionamento e acima de tudo conhecer e lutar pelos seus direitos.

Os alunos puderam reconhecer seus problemas, discutir e criar outras possibilidades de ação quanto as suas percepções e descobertas da sua realidade. A carta foi enviada e aguarda-se a resposta com os devidos encaminhamentos da Associação às autoridades competentes.

Já está previamente planejada uma aula após essa devolutiva que analisará a resposta e obterá maiores conhecimentos sobre as ações de uma associação e sobre os órgãos competentes por tais problemas.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV, V.N.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. MichellLahud e Iara Frateschi Vieira. 14ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010.

BENEVIDES, M. **Educação em direitos humanos**: do que se trata. Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos humanos. São Paulo, 2000. Disponível em [www.hottopos.com/convenit6/victoria](http://www.hottopos.com/convenit6/victoria). Acesso em Janeiro/2018.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012.

CANDAU, V.M. F; SACAVINO, et al. Educação em direitos humanos e formação de professores/as. Petrópolis: Cortez, 2013.

COMPARATO, F.K. O princípio da igualdade e da escola. In: CARVALHO, J.S. **Educação, cidadania e e direitos humanos**. Petrópolis; Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VYGOTSKY, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.